

Sexe, race et pratique du pouvoir

COLETTE GUILLAUMIN

Paris: *iXe*, 2016. 240p.

Maira Abreu*

Sexe, race et pratique du pouvoir, de Colette Guillaumin, foi publicado originalmente em 1992, reunindo artigos escritos entre 1977 e 1990, e republicado no ano passado. Socióloga, pesquisadora do CNRS, autora também de *L’Ideologie Raciste*, publicado em 1972, participou de coletivos de revistas como *Pluriel*, *Le Genre Humain*, *Questions Féministes* e *Feminist Issues*. Os seus primeiros trabalhos tematizavam sobretudo a categoria raça e o racismo, mas, a partir de meados dos anos 1970, suas análises se voltam também para as relações de sexo ou, para utilizar um conceito cunhado pela autora, para a sexagem. Em 1978 ela integra a redação da revista *Questions Féministes* (1977-1980), uma importante publicação feminista que congregou feministas materialistas como Christine Delphy, Nicole-Claude Mathieu e Monique Wittig, e publica nesse período alguns dos seus mais importantes textos.

Guillaumin, referência incontornável na França e falecida em 2017, nos legou análises brilhantes que são, infelizmente, pouco conhecidas no contexto brasileiro. Seu antinaturalismo produz uma importante arma teórica contra os naturalismos – que de tempos em tempos voltam à moda – e uma contribuição capital para as reflexões feministas e antirracistas. Como afirma Daniele Juteau num obituário publicado no jornal *Le Monde* em 18 de maio de 2017, sua obra foi uma busca incansável para “identificar, teorizar e desestabilizar relações de dominação”.

* Pós-doutoranda em Sociologia na USP. E-mail: mairabreu@yahoo.com

Um elemento central que perpassa toda a obra da autora é a análise dos processos de naturalização de determinadas relações sociais e grupos. Os mecanismos de racialização e naturalização de mulheres seriam similares. Os grupos naturalizados, afirma Guillaumin, são justamente aqueles que se encontram numa relação desigual e são objeto de apropriação (p.8). Seria somente em relações sociais determinadas (de dependência, de exploração) que se postularia a existência de “entidades naturais heterogêneas” (p.168). Desta forma, a colonização e a apropriação a partir da escravidão, a apropriação do corpo das mulheres (tanto no casamento, “apropriação privada”, como uma “apropriação coletiva”), “induziram à proclamação de uma natureza específica dos grupos que estavam submetidos ou estão a essas relações” (p.169).

Essa naturalização oculta relações de dominação que na verdade forjam essa ideia de “natural”. A marca biológica é assim percebida como a “causa intrínseca do lugar que ocupa um grupo numa relação social” (p.177). Guillaumin procura mostrar o equívoco desse raciocínio que introduz uma “relação errônea entre os fatos” (p.178) ao tratar uma relação social de dominação como “produto de traços internos ao objeto”. Nesse raciocínio, “a natureza vem enunciar a eternidade dos efeitos de certas relações sociais sobre os grupos dominados” (p.178). Trata-se, portanto, de uma noção fetichista que ocultaria relações sociais de dominação. Longe de ser a causa da dominação, a marca biológica é um produto desta. Falar de uma “especificidade de raças, sexos, de uma natureza específica de grupos sociais” seria dizer, de uma forma sofisticada, que “uma ‘natureza’ particular é *diretamente produtora* de uma prática social” (p.178). Ao contrário, são as relações sociais (escravidão, casamento, trabalho migrante) que fabricam essa noção de “natureza”. Fora dessas relações, esses grupos “naturais” não existem e não poderiam nem mesmo ser imaginados (p.187).

A partir de um estudo minucioso, Guillaumin mostra como a noção atual de raça, isto é, a ideia de categorizar o gênero humano em “entidades anátomo-fisiológicas fechadas”, é algo historicamente recente e que a raça, longe de ser um dado “espontâneo da percepção e do conhecimento”, é uma construção que teria emergido entre o século XVIII e início do século XIX como produto de uma série de profundas transformações sociais, entre elas a colonização, as revoluções burguesas e a escravidão.

A naturalização das mulheres seria, por sua vez, a face ideológica de relações sociais específicas, que Guillaumin chama de sexagem. Essa ideia é desenvolvida no texto “Prática do poder e ideia de natureza” publicado originalmente em 1978. A apropriação da força de trabalho das mulheres no quadro da família – base do conceito de patriarcado para algumas autoras como Delphy – não seria suficiente para explicar a opressão das mulheres para Guillaumin. A classe das mulheres “sofre não somente o açambarcamento da sua força de trabalho, mas uma relação de apropriação física direta”, isto é, o corpo, a unidade material produtora da força de trabalho, que é tomado em mãos, e não apenas a força de trabalho como

na escravidão ou na servidão (p.19). Ela denomina esse sistema de “sexagem” (*sexage*) numa analogia com a servidão (*servage*) e a escravidão (*esclavage*): “Denominadas ‘escravidão’ e ‘servidão’ na economia fundiária, este tipo de relação poderia ser designado ‘sexagem’ no que diz respeito à economia doméstica moderna, quando concerne às relações de classes de sexo” (p.19).

Aos apropriados, desprovidos de instrumentos teóricos, imersos na natureza e, nesse sentido, na ideia de imutabilidade, caberia forjar novas teorias capazes de promover uma “contestação radical” de uma concepção do mundo baseada em essências (p.238). Esse argumento é desenvolvido notadamente num texto primoroso intitulado “Mulheres e teorias da sociedade: questões sobre os efeitos teóricos da cólera dos oprimidos”.

Para a autora, algumas análises feministas, apesar de promoverem uma crítica ao naturalismo, mantêm a ideia de realidades anatômico-fisiológicas sobre as quais existiriam “ornamentos sociais” como “papéis”. Mas, seria necessário romper *também* com a própria ideia de uma biologia dada e a-histórica (o mesmo valendo para a categoria raça). Guillaumin, como outras feministas materialistas na França, critica desde os anos 1970 a naturalização do sexo. Não se trata, portanto, de um tipo de crítica que emerge somente nos anos 1990, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. É essa *uma* das divergências em relação a algumas utilizações do conceito de gênero. A distinção entre sexo e gênero, uma vez que compreenderia uma dicotomia entre biológico e cultural, acarretaria uma reificação da biologia, ocultando assim seu caráter ideológico e histórico.

Mas a afirmação do caráter construído das noções de sexo e raça não implicava o abandono dessas categorias na análise da sociedade. A autora também não caucionava a concepção segundo a qual a crítica dessas categorias seria suficiente para combater o racismo e o sexismo. Essas noções seriam “formações imaginárias, juridicamente ratificadas e materialmente eficazes” (p.179). Sobre a raça, mas que pode ser também aplicada ao sexo, ela afirma: “Não, a raça não existe. Sim, a raça existe. Não, certamente ela não é o que se diz que ela é, mas ela é, entretanto, a mais cabal, real, brutal das realidades” (p.211).

O sexismo e o racismo não podem ser apreendidos como um problema de “mentalidade”, algo que poderia ser combatido somente no plano das ideias. Há relações sociais de dominação que constituem a base dessas ideias. Suas análises se insurgem igualmente contra um certo marxismo que dilui essas relações sociais (de sexo e de raça) nas relações de classe e contra um intitulado materialismo que partiria de uma pretensa “natureza” para explicar fenômenos sociais.

É dessa articulação de um ponto de vista materialista e antinaturalista que emerge esse pensamento fecundo. A partir dessa breve apresentação de uma reflexão que dificilmente pode ser resumida numa resenha, esperamos atrair a atenção para esse livro e para sua importância. A precisão teórica e a acuidade de suas análises nos farão falta. Esperamos que seus aportes teóricos continuem a inspirar muitas outras reflexões, tão necessárias num momento de recrudescimento da direita e dos racismos.